



Demonstrações Financeiras 2020/2

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

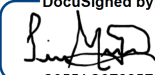
Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 15/03/2021, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

DocuSigned by:

248D0514B390468...
Marcio Zwierewicz
Diretor Executivo
CPF: 930.636.529-20

DocuSigned by:

C055AC6F225F4E6...
Tilene Moerschbacher Farina
Diretora de Operações
CPF: 976.137.629-04

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos
Gerais PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP

Ponta Grossa / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Campos Gerais PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: assembleias de núcleos com participação de mais de 7 mil associados contribuindo para o direcionamento da cooperativa, atuação no Dia de Cooperar com arrecadação de 6 toneladas de alimentos além agasalhos e itens de higiene, realização do Programa Crescer de forma online, disseminando o modelo cooperativista para 32 turmas, encontros de prestação de contas com coordenadores de núcleo exercendo a transparência de nossa gestão, live e ações de apoio ao Outubro Rosa com a participação da comunidade, encontros virtuais e cursos fortalecendo o Comitê Mulher, expansão do programa Atitude Consciente com implantação de novos pontos de coleta de óleo, ação de relacionamento homenageando nossos principais apoiadores do Programa União Faz a Vida, atuação na Semana da Estratégia Nacional de Educação Financeira com vídeos e oficinas de dicas sobre saúde financeira, realização de lives mensais "A Casa é Sua" para dar boas-vindas aos novos associados e utilização do Fundo Social em prol da comunidade, com 23 projetos beneficiados em nossas áreas de atuação.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: reforma e ampliação da agência de Carambeí, inauguração da 9ª agência de Curitiba no bairro Bacacheri, inauguração da nova estrutura da agência de Palmeira e aquisição de agência móvel para atuação junto a nossa comunidade. Seguimos com as obras das novas agências de Ponta Grossa Jardim Carvalho e Curitiba Mercês, com inaugurações previstas para primeiro semestre de 2021. Contamos com a expansão do novo sistema de caixa e a nova plataforma de atendimento a pessoa física, implantação do atendimento via WhatsApp Corporativo e a atualização com aplicação das novas políticas de segurança de redes e infraestrutura.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

DS
ME

DS
[Assinatura]

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopera com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos a adaptação das nossas estruturas, implantação do atendimento agendado prezando pela segurança de colaboradores, associados e não associados, campanha de incentivo a Economia Local, parceria com associações comerciais para criação de linhas de crédito, implantação do Sicredi Conecta, o aplicativo de marketplace do Sicredi, e a implantação do whatsapp corporativo para aprimorar a experiência de atendimento aos nossos associados.

Conselho de Administração e Diretoria

DS


DS


BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		3.424.430	2.302.341	PASSIVO		3.062.047	2.005.362
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	27.180	33.429	DEPÓSITOS	(Nota 12)	2.533.164	1.375.701
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.318.705	2.189.374	Depósitos à vista		415.937	219.344
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	20.697	56.464	Depósitos interfinanceiros		100.814	22.282
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	1.292	-	Depósitos a prazo		2.016.413	1.134.075
Centralização financeira	(Nota 04)	1.273.247	654.894	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		373.327	517.074
Relações interfinanceiras ativas		380	1.981	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	361.271	507.322
Operações de crédito	(Nota 07)	1.914.095	1.398.087	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	4.890	4.865
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	108.994	77.948	Obrigações por repasses	(Nota 15)	3.396	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(55.765)	(50.313)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	3.770	4.887
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	20.481	18.412	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	312	156
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	37.611	35.657	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	155.244	112.431
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	70.150	69.554				
INTANGÍVEL	(Nota 11)	6.068	6.228	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	362.383	296.979
				CAPITAL SOCIAL		131.696	113.923
				RESERVAS DE SOBRAS		221.733	176.099
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		8.954	6.957
TOTAL DO ATIVO		3.424.430	2.302.341	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.424.430	2.302.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DS


DS


DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	107.142	218.616	210.771
Operações de crédito (Nota 07)	106.862	217.388	210.166
Resultado títulos e valores mobiliários	252	1.200	601
Resultado das aplicações compulsórias	28	28	4
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(46.328)	(95.553)	(115.378)
Operações de captação no mercado	(20.116)	(43.025)	(60.230)
Operações de empréstimos e repasses	(7.256)	(19.495)	(26.551)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(18.956)	(33.033)	(28.597)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	60.814	123.063	95.393
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(24.014)	(46.985)	(28.827)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	36.985	66.840	53.059
Rendas de tarifas bancárias	9.845	19.185	18.306
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(31.701)	(60.838)	(54.737)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(34.830)	(66.766)	(62.476)
Dispêndios e despesas tributárias	(769)	(1.768)	(2.359)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	20.368	37.810	54.356
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(23.912)	(41.448)	(34.976)
RESULTADO OPERACIONAL	36.800	76.078	66.566
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.036	1.104	(1.835)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	37.836	77.182	64.731
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	292	(2.314)	(2.988)
Provisão para Imposto de Renda	214	(1.429)	(1.845)
Provisão para Contribuição Social	78	(885)	(1.143)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(6.089)	(11.657)	(8.845)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	32.039	63.211	52.898

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DS
ME

DS
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP

CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	97.049	138.995	-	6.489	242.533
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.513	-	-	(6.438)	(1.925)
Outras destinações	-	-	-	(51)	(51)
Capital de associados					
Aumento de capital	10.748	-	-	-	10.748
Baixas de capital	(4.711)	-	-	-	(4.711)
Resultado do período	-	-	-	52.898	52.898
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.319)	(2.319)
Juros sobre o capital próprio	6.324	-	-	(6.518)	(194)
Reserva legal - Estatutária	-	37.104	-	(37.104)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	113.923	176.099	-	6.957	296.979
Mutações do Período	16.874	37.104	-	468	54.446
Saldos no início do período em 01/01/2020	113.923	176.099	-	6.957	296.979
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	3.452	-	-	(6.886)	(3.434)
Outras destinações	-	(927)	927	(71)	(71)
Capital de associados					
Aumento de capital	16.034	-	-	-	16.034
Baixas de capital	(5.337)	-	-	-	(5.337)
Reversões de reservas	-	-	(927)	216	(711)
Resultado do período	-	-	-	63.211	63.211
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.986)	(2.986)
Juros sobre o capital próprio	3.624	-	-	(3.732)	(108)
Reserva legal - Estatutária	-	46.561	-	(46.561)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.194)	(1.194)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	131.696	221.733	-	8.954	362.383
Mutações do Período	17.773	45.634	-	1.997	65.404
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	122.674	175.172	886	31.213	329.945
Destinação resultado exercício anterior					
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados					
Aumento de capital	8.929	-	-	-	8.929
Baixas de capital	(3.531)	-	-	-	(3.531)
Reversões de reservas	-	-	(886)	175	(711)
Resultado do período	-	-	-	32.039	32.039
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.986)	(2.986)
Juros sobre o capital próprio	3.624	-	-	(3.732)	(108)
Reserva legal - Estatutária	-	46.561	-	(46.561)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.194)	(1.194)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	131.696	221.733	-	8.954	362.383
Mutações do Período	9.022	46.561	(886)	(22.259)	32.438

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DS
ME

DS
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	37.856	74.994	70.061
Resultado do semestre/exercício	32.039	63.211	52.898
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.817	11.783	17.163
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.842	5.452	9.789
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(6)	1.647
Depreciação e amortização	4.575	8.758	8.017
Baixas do ativo permanente	230	409	107
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	156	156	(78)
Destinações ao FATES	(2.986)	(2.986)	(2.319)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(208.854)	543.488	(173.795)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	6.688	35.767	(53.422)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.292)	(1.292)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	14.734	1.601	(936)
(Aumento) em operações de crédito	(622.739)	(516.008)	(363.558)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	68.802	(146.051)	74.688
(Aumento) em outros ativos financeiros	(32.111)	(31.046)	(24.524)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.428	(2.063)	(2.403)
Aumento em depósitos	304.696	1.157.463	175.262
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(2.957)	(1.117)	745
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.001	3.421	(7.347)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(545)	(1.614)	(2.163)
Aumento em outros passivos	53.441	44.427	29.863
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(170.998)	618.482	(103.734)
Aquisição de investimentos	-	(1.954)	(13.213)
Aquisição de imobilizado de uso	(5.147)	(7.796)	(13.409)
Aplicações no intangível	(1.050)	(1.807)	(1.029)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(6.197)	(11.557)	(27.651)
Integralização de capital	8.929	16.034	10.748
Baixa de capital	(3.530)	(5.337)	(4.711)
Fundo Social	(1.194)	(1.194)	-
Juros ao capital próprio	(108)	(108)	(194)
Distribuição de Sobras	-	(3.505)	(1.976)
Reversão de Reserva	(711)	(711)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	3.385	5.179	3.867
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(173.810)	612.104	(127.518)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.474.237	688.323	815.841
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.300.427	1.300.427	688.323

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DS
ME

DS
R

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP
CNPJ/MF nº 81.466.286/0001-05

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	32.039	63.211	52.898
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	32.039	63.211	52.898

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Campos Gerais - Sicredi Campos Gerais PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 11/01/1989 e sede situada na Avenida Ernesto Vilela, 1001, na cidade de Ponta Grossa - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 31 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de março de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

DS
MZ

DS
[Assinatura]

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognóstico de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	27.180	33.429
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	1.273.247	654.894
Total	1.300.427	688.323

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Banco e Cooperativa	-	828	19.869	20.697	56.464
Total	-	828	19.869	20.697	56.464

Total circulante	828	-
Total não circulante	19.869	56.464

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - outros	-	1.298	-	1.298	-
(-) Provisão de desvalorização	-	(6)	-	(6)	-
Total	-	1.292	-	1.292	-

Total circulante	1.292	-
-------------------------	--------------	---

Os títulos de renda fixa - outros referem-se às cédulas do produtor rural (CPR), cujo valor de mercado é obtido a partir da curva de juros baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

DS
ME

DS
[Assinatura]

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da carteira	31/12/2019
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	13.498	172.694	344.206	550.164	1.080.562	728.655
Financiamentos	432	17.054	53.355	108.525	179.366	138.527
Financiamentos rurais e agroindustriais	38	119.632	499.204	35.293	654.167	530.905
Total das operações de crédito	13.968	309.380	896.765	693.982	1.914.095	1.398.087
Avais e fianças honrados	87	-	-	-	87	94
Devedores por compra de valores e bens	-	1	53	50	104	271
Títulos e créditos a receber	-	76.610	26.656	110	103.376	73.655
Total de outros créditos	87	76.611	26.709	160	103.567	74.020
Carteira total	14.055	385.991	923.474	694.142	2.017.662	1.472.107
Total circulante					1.323.520	1.097.454
Total não circulante					694.142	374.653

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	133.114	576	-	-
A	0,50	957.883	717.014	4.783	3.585
B	1,00	693.520	548.691	6.919	5.486
C	3,00	137.278	115.791	4.108	3.473
D	10,00	40.397	38.547	4.040	3.855
E	30,00	19.118	16.567	5.735	4.970
F	50,00	7.531	6.579	3.766	3.290
G	70,00	8.024	8.960	5.617	6.272
H	100,00	20.797	19.382	20.797	19.382
Total		2.017.662	1.472.107	55.765	50.313

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 211.368 (dezembro de 2019 - R\$ 140.932) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 1.900 (dezembro de 2019 - R\$ 1.435) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	8.359	112.228	159.184	193.350	473.121	392.879
Rural	38	119.632	499.204	35.293	654.167	530.905
Industrial	697	6.697	10.205	22.666	40.265	28.767
Comércio	2.062	55.516	82.959	136.524	277.061	215.227
Outros serviços	2.899	91.918	171.922	306.309	573.048	304.329
Total	14.055	385.991	923.474	694.142	2.017.662	1.472.107
Total circulante					1.323.520	1.097.454
Total não circulante					694.142	374.653

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	187.572	9,30	140.240	9,53
50 devedores seguintes	338.573	16,78	229.628	15,60
100 devedores seguintes	324.389	16,08	233.775	15,88
Demais	1.167.128	57,84	868.464	58,99
Total	2.017.662	100,00	1.472.107	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	50.313	40.524
Constituição de provisão	66.320	60.672
Reversão de provisão	(33.287)	(32.075)
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.581)	(18.808)
Saldo final	55.765	50.313

DS
ME

DS
[Assinatura]

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	71.616	148.421	150.820
Financiamentos	11.774	23.660	19.473
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.339	34.690	31.607
Outros	30	37	48
Subtotal	99.759	206.808	201.948
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	7.103	10.580	8.218
Total	106.862	217.388	210.166

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 66.520 (2019 - R\$ 52.980).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	103.376	73.655
Rendas a receber	3.359	2.619
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	104	271
Avais e fianças honrados (Nota 07)	87	94
Operações com cartões	1.372	814
Devedores por depósitos em garantia	696	495
Total	108.994	77.948

Total circulante	108.138	77.270
Total não circulante	856	678

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	14.255	13.948
Adiantamentos e antecipações salariais	593	285
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	32	376
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.239	1.241
Impostos e contribuições a compensar	62	32
Cotas de consórcio	530	558
Pendências a regularizar	1.786	1.048
Outros	1.984	924
Total circulante	20.481	18.412

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	15.953	15.723
Imóveis	15.673	15.410
Veículos e afins	280	313
Despesas antecipadas	96	25
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.794)	(1.800)
Total circulante	14.255	13.948

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.800)	(153)
Constituição de provisão	-	(1.647)
Reversão de provisão	6	-
Saldo final	(1.794)	(1.800)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	27.777	27.269
Sicredi Participações S.A.	9.832	8.386
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	37.611	35.657

DS
ME

DS
88

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	3.188.254 ON	3.188.254 ON	2	2	27.777.015	27.269.045
	6.643.313 PN	6.643.313 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,83%	0,93%	1,24%	1,24%	8,71%	8,60%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	9.832	8.386	2	2	27.777	27.269

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	94.140	(23.990)	70.150	69.554
Imobilizações em curso	-	831	-	831	577
Terrenos	-	6.955	-	6.955	6.955
Edificações	4%	29.715	(3.660)	26.055	27.244
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	25.313	(7.264)	18.049	16.553
Móveis e equipamentos	10%	16.381	(5.200)	11.181	10.984
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.313	(881)	2.432	2.296
Equipamentos de processamento de dados	20%	10.677	(6.553)	4.124	4.400
Veículos	20%	955	(432)	523	545
Intangível		15.030	(8.962)	6.068	6.228
Investimentos Confederação		15.030	(8.962)	6.068	6.228

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	415.937	-	-	415.937	219.344
Depósitos interfinanceiros	28.146	72.668	-	100.814	22.282
Depósitos a prazo	2.638	7.800	2.005.975	2.016.413	1.134.075
Total	446.721	80.468	2.005.975	2.533.164	1.375.701
Total circulante				527.189	226.225
Total não circulante				2.005.975	1.149.476

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	361.270	507.321
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	1
Total	361.271	507.322

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	64.493	234.198	27.003	325.694	507.321
Total - Recursos do Crédito Rural	64.493	234.198	27.003	325.694	507.321
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	69	-	35.507	35.576	-
Total - Outros Recursos	69	-	35.507	35.576	-
Total	64.562	234.198	62.510	361.270	507.321
Total circulante				298.760	479.103
Total não circulante				62.510	28.218

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 05/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

DS
ME

DS
[Assinatura]

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	28	4.862	4.890	4.865
Total	-	28	4.862	4.890	4.865

Total circulante	28	3
Total não circulante	4.862	4.862

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	241	1.008	2.147	3.396	-
Total	241	1.008	2.147	3.396	-

Total circulante	1.249	-
Total não circulante	2.147	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.900	1.435
Recursos em trânsito de terceiros	1.870	3.452
Total circulante	3.770	4.887

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	261	-
Cível	Provável	51	156
Total não circulante		312	156

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	-	397	(136)	261
Cível	156	97	(202)	51
Total não circulante	156	494	(338)	312

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.130; R\$ 309 e R\$ 606 (dezembro de 2019 - R\$ 1.349; R\$ 98 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	100.468	70.444
Provisão para pagamentos a efetuar	6.914	5.607
Cotas de capital a pagar	5.227	4.031
Provisão para participações nos lucros	11.911	9.391
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.690	2.319
Demais fundos constituídos	1.906	-
Impostos e contribuições a recolher	3.182	3.445
Credores diversos	8.481	7.069
Cheques administrativos	10.727	8.678
Cobrança e arrecadação de tributos	5	453
Pendências a regularizar	2.733	994
Total Circulante	155.244	112.431

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojaista.

DS
ME

DS
R

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	131.696	113.923
Total de associados	87.923	76.909

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 17.773 (2019 – R\$ 16.874), sendo R\$ 7.076 (2019 – R\$ 10.837) via integralização de resultados e R\$ 16.034 (2019 – R\$ 10.748), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.337 (2019 – R\$ 4.711).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,1% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.732, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 78% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 2 % para o Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

NOTA 20 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.270 (R\$ 0 em dezembro de 2019), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 21 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	77.182	64.731
Participação nas sobras	(11.657)	(8.845)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	65.525	55.886
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(26.210)	(22.354)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	22.409	16.738
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.493	2.607
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(6)	21
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.314)	(2.988)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

DS


DS


NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	20.697	56.464
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.292	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	1.273.247	654.894
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.839	2.142
Outros ativos (Nota 09)	1.239	1.777
Investimentos (Nota 10)	37.611	35.657
Intangível (Nota 11)	6.068	6.228
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	100.814	22.282
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	361.270	507.321
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.890	4.865
Outros passivos (Nota 18)	95.336	69.648
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	1.200	601
Ingressos e receitas de prestação de serviços	14.410	12.731
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	27.043	44.581
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 20)	1.270	-
Despesas		
Operações de captação no mercado	2.201	523
Operações de empréstimos e repasses	19.495	26.551
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	4.338	5.117
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	19.614	19.476

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	267	0,06%	176
Depósitos a prazo	10.923	0,54%	10.867
Operações de crédito	4.251	0,22%	6.518

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	7.261	6.448

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	17.463	34.136	31.505
Benefícios	7.133	13.676	10.684
Encargos sociais	7.100	12.984	11.732
Treinamentos	5	42	816
Total	31.701	60.838	54.737

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	622	1.352	1.410
Aluguéis	4.056	7.839	7.594
Comunicação	859	1.658	1.975
Manutenção e conservação	2.147	4.124	4.221
Material de expediente	775	1.402	1.276
Processamento dados	1.336	2.346	1.612
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	4.079	8.488	9.063
Serviços do sistema financeiro	3.585	6.616	5.956
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	5.661	9.614	6.018
Serviços de vigilância e segurança	1.946	3.856	3.622
Serviços de transportes	1.237	2.526	3.058
Depreciação	3.438	6.790	6.485
Amortização (Rateio Confederação)	1.137	1.968	1.532
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	545	1.614	2.439
Emolumentos e taxas diversas	570	1.365	1.442
Outras despesas administrativas	2.837	5.208	4.773
Total	34.830	66.766	62.476

DS
ME

DS
[Assinatura]

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	545	1.614	2.163
Recuperação de encargos e despesas	2.017	3.693	2.939
Ingressos depósitos intercooperativos	13.014	26.171	43.809
Reversão de provisões operacionais	1.876	2.458	3.487
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	473	821	1.010
Reversão de provisões para passivos contingentes	264	338	318
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.224	1.224	-
Outras rendas operacionais	955	1.491	630
Total	20.368	37.810	54.356

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.876	8.708	4.099
Contribuições Cooperativistas	107	215	210
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	307	1.587	2.483
Contribuição Confederação Sicredi	7.378	13.698	12.334
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	727	1.422	1.518
Encargos da administração financeira	2	7	228
Repasse Administradora de Cartões	-	224	571
Provisões para garantias financeiras prestadas	718	1.285	1.083
Provisões para passivos contingentes	420	494	240
Outras provisões operacionais	1.173	2.091	1.813
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	4.547	7.282	4.552
Risco operacional	676	1.215	1.570
Juros e comissões	805	1.315	1.045
Outras despesas operacionais	1.176	1.905	3.230
Total	23.912	41.448	34.976

NOTA 27 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	32.039	63.211	52.898
Eventos não recorrentes	1.270	1.270	-
Resultado recorrente	30.769	61.941	52.898

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	211.368	140.932
Total	211.368	140.932

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

DS
ME

DS
[Assinatura]

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreo e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

DS
MZ

DS
[Assinatura]

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	356.315	290.750
Nível I (NI)	356.315	290.750
Capital principal - CP	356.315	290.750
Capital social	131.696	113.923
Reservas de capital	221.733	176.099
Lucros acumulados	8.954	6.957
Ajustes Prudenciais	(6.068)	(6.229)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.432.550	1.789.976
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.086	2.421
Margem de Capital	126.218	100.382
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,65%	16,24%
Situação de Imobilização (Imob)	70.152	69.556
Índice de Imobilização (Imob / PR)	19,69%	23,92%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

DocuSigned by:

Marcio Zwierewicz

248D0514B390468...

Marcio Zwierewicz

Diretor Executivo

CPF: 930.636.529-20

DocuSigned by:

Tilene Moerschbacher Farina

C055AC6F225F4E6...

Tilene Moerschbacher Farina

Diretora de Operações

CPF: 976.137.629-04

Eduardo Netto Sarubbi

Contador

CRC: RS-060899/O-8

CPF: 694.157.650-20